

Agência Câmara de Notícias



Tweetar

Comentar Enviar opinião para os deputados Imprimir

24/05/2012 16:57

Comissão negocia e Greenpeace suspende bloqueio de navio em São Luís

Após intermediação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ativistas da organização não governamental (ONG) Greenpeace decidiram suspender o bloqueio ao navio Clipper Hope, no Porto do Itaqui, na capital maranhense, São Luís. Os ambientalistas impediam desde 14 de maio o carregamento do navio com ferro-gusa para os Estados Unidos, em protesto às irregularidades no uso de carvão vegetal pelo setor.

Em audiência pública nesta quinta-feira, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Sarney Filho (PV-MA), informou que irá trabalhar por um pacto de legalidade para a cadeia siderúrgica. "Vamos tentar entrar em contato com representantes das siderúrgicas para marcar uma reunião para semana que vem. Na reunião, vamos tentar um caminho para que a legalidade seja norma comum nessa área."

O objetivo principal, segundo o parlamentar, é esclarecer "a procedência desses carvões, pedir que as empresas, por elas mesmas, façam uma triagem melhor, uma investigação a respeito da origem desses produtos."

Origem duvidosa

Segundo o Greenpeace, siderúrgicas do Maranhão e do Pará têm comprado carvão de origem duvidosa. Parte dele originária provavelmente da derrubada ilegal de madeira da Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, e de terras indígenas próximas. Levantamento da ONG indica também que algumas carvoarias da região estão envolvidas em denúncias de trabalho escravo.

Para o Coordenador de Campanha da Amazônia do Greenpeace Brasil, Marcio Astrini, as dúvidas sobre a legalidade na cadeia produtiva do ferro-gusa impactam não apenas social e ambientalmente as regiões de produção, como também podem afetar a própria competitividade das empresas no mercado externo.

Astrini concorda que a busca de um pacto de responsabilidade para o setor, a exemplo do que já existe para a soja e o gado, pode trazer uma mudança de comportamento nessa cadeia produtiva. Segundo ele, a ONG vai cobrar que o Estado participe das negociações, mas não pretende "isentar todo esse mercado consumidor, seja empresa ou consumidores individuais do mundo inteiro".

Astrini ressalta que, "cada vez que uma empresa nos Estados Unidos dá dinheiro para outra que fornece produto ao consumidor, e que tem trabalho escravo, ela está financiando a continuidade dessa prática".

Pacto de sustentabilidade

Ex-presidente da Associação Mineira de Silvicultura, o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), lembrou que, em seu estado, as siderúrgicas firmaram em 2006 um pacto de sustentabilidade, pelo qual se comprometeram a usar, cada vez mais, carvão com origem em florestas plantadas. Algumas indústrias já conseguem suprir a demanda por carvão com madeira plantada.

Continua:

- **Ibama admite que parte do carvão vegetal tem origem ilegal**

Reportagem – Ana Raquel Macedo/Rádio Câmara

Edição – Newton Araújo

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara de Notícias'



Tweetar

Comentar Enviar opinião para os deputados Imprimir

Leonardo Prado



Sarney Filho vai trabalhar por um 'pacto de legalidade' para a cadeia siderúrgica.

- **Agência Câmara de Notícias**
Expediente

- Telefones: (61) 3216.1851 / 3216.1852
Fale com a Agência Câmara de Notícias

